



## **Simpósio Temático**

# **MUNDO ATLÂNTICO IBÉRICO: RELIGIÃO, ECONOMIA, SOCIABILIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA**

### **Coordenadoras:**

Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa

Profa. Dra. Grayce Mayre Bonfim Souza

## **Resumos**

Sessão 1 - 17 de novembro de 2022, sexta-feira  
Local/horário: Auditório I Luizão, 14 às 17 horas

### **AÇÃO PASTORAL JESUÍTICA: VIGILÂNCIA COTIDIANA E FORMAÇÃO DE NOVOS CRISTÃOS**

#### **Bruno Almeida Reis**

Graduado em História - Uesb

O trabalho realizado pela Companhia de Jesus na América Portuguesa, desde a chegada dos primeiros missionários, em 1549, era pautado principalmente na conversão dos povos nativos. De fato, tal proposta obteve bons resultados, tanto para a Ordem como para a Igreja e para a Coroa Lusitana. O grande número de conversões realizadas já no século XVI é um indicativo desse sucesso, mas a qualidade da evangelização é vista na ação duradoura dessas ações. Assim, abordaremos a atuação jesuítica no Brasil a partir da visão dos próprios religiosos. Nosso intuito é tentar visualizar os métodos que permitiram introduzir parte da cultura cristã europeia, e que transformaram muitos desses povos em verdadeiros cristãos, servidores dos interesses da Coroa Lusitana,

seguindo a premissa de que houve mudança nos hábitos dos povos indígenas que transformou seu estilo de vida a partir da introdução de tarefas religiosas, disciplina, ordem, trabalho e cooperação. Os métodos empregados pelos padres jesuítas permitiram a atração e conservação do poder exercido sobre o indígena. Utilizaram-se de diversos recursos como meio para obter a conversão às práticas da fé cristã, verdadeiro objetivo/fim da Companhia de Jesus. A partir da carta de 1556, do padre Anchieta, percebemos que parte da rotina estabelecida nas aldeias era voltada para a doutrinação das crianças, mas que havia uma afetividade por muitos para com os assuntos religiosos, pois o tratamento dispensado aos aldeados permitiu a afirmação dos poderes estabelecidos pelos jesuítas sobre os povos nativos, através do emprego dos seus conhecimentos e da polivalência desses. O conhecimento da medicina, a dissimulação por parte de alguns indígenas e o perfil milagroso nas curas realizadas nos espaços de convivência nos permitem enxergar que o motivo do sucesso dos jesuítas decorre da criação de uma certa dependência. Ou seja, os missionários se debruçaram em várias áreas do conhecimento, desde a chegada da Companhia, em 1549, visando à conversão dos nativos a partir da mudança dos seus costumes.

**Palavras-Chave:** Jesuítas. Colonização. Catequização.

## **PERFIL DOS PRETENDENTES NÃO HABILITADOS A FAMILIAR NA BAHIA SETECENTISTA**

**Cleílton Chaga Bernardes**

Graduado em História - Uesb

Especializando em história da Bahia - UEFS

O Santo Ofício português, em quase três séculos de existência, atuou não apenas em Portugal, mas em todo o seu império. Para garantir a presença no amplo domínio ultramarino, e tão distante dos tribunais inquisitórios, foi necessária a formação de uma rede de agentes e de ampla estrutura de auxiliares em toda a extensão colonial, inclusive na América Portuguesa. Entre os cargos de oficiais, um dos mais almejados pela elite colonial no século XVIII foi o de Familiar do Santo Ofício, visto que contribuía também para a promoção social dos que tinham os pleitos atendidos. Deste modo, o trabalho tem por objetivo traçar o perfil de pretendentes baianos à Familiatura, mas que tiveram suas habilitações recusadas por terem suspeita ou rumores de serem cristãos-novos e mulatos em suas ascendências, pois a pureza de sangue era um pré-requisito obrigatório para a concessão da carta de Familiar. A documentação que serve de base para a pesquisa que ora apresentamos pertence ao conjunto de Habilitações Incompletas do Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício Português e corresponde a pessoas residentes na Bahia que tentaram habilitar-se ao cargo de Familiares da Inquisição. A amostragem que apresentamos nos fornece

informações valiosas não só em relação aos laços familiares dos candidatos, mas também relações socioculturais, econômicas e de poder dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Bahia colonial. Inquisição. Santo Ofício.

## **OS FILHOS DA DISSIDÊNCIA E O TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO: O CRIME CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES NA BAHIA DO SÉCULO XVIII**

**Elcimar Almeida Silva Junior**

Graduando em História - Uesb

Por meio da Bula papal *Cum ad nihil magis*, de 23 de maio de 1536, é estabelecida a Inquisição portuguesa, com o objetivo de reprimir o judaísmo dos cristãos-novos, dentre outros. A sodomia só vai ser incluída nos Regimentos do Santo Ofício em 1603, considerada uma das principais manifestações da luxúria e que poderia atrair castigos divinos, uma vez que a desobediência ao 6º mandamento poderia ter consequências coletivas, a exemplo de Sodoma e Gomorra, cidades destruídas devido aos erros dos sodomitas. Assim, temiam-se que a ira de Deus se voltasse contra o reino de Portugal. Diferentemente da América espanhola, o Brasil não possuiu um tribunal em seu território, mesmo assim não ficou livre do *monstrum horrendum*, através das visitas com a colaboração dos cleros regular e secular e dos agentes (comissários, familiares, qualificadores e notários). A Bahia foi visitada duas vezes, em 1591 e 161. Na primeira visita, nove homens confessaram a sodomia perfeita, o inaugural foi o padre Frutuoso Álvares, que foi ouvido em 29 de julho. Nesta comunicação iremos identificar, analisar e discutir, a partir dos trabalhos de Luiz Mott e Ronaldo Vainfas, os casos de sodomia na Bahia do séc. XVIII, quem eram esses desviantes e porque o ato ficou conhecido como “vício dos clerigos”. Utilizaremos como amostragem os dados coletados no Caderno dos Nefandos e no livro Homossexuais da Bahia Dicionário Bibliográfico.

**Palavras-chave:** Bahia, Sodomia e Inquisição.

## **AGENTES DO SANTO OFÍCIO NOS CÍRCULOS INTELECTUAIS E ACADEMIAS LITERÁRIAS DA BAHIA SETECENTISTA**

**Grayce Mayre Bonfim Souza**

Professora Departamento de História - Uesb

Abordar agentes da Inquisição na América portuguesa é tratar de uma elite colonial. Não apenas uma elite opulenta e de dominação política na sociedade soteropolitana, mas, sobretudo, de um setor que fazia parte também da “fina

flor” letrada luso-brasileira. A cidade da Bahia foi, de fato, um grande centro em projeção e, no século XVIII, consolidou-se como principal pólo econômico, de jurisdição civil e eclesiástica e espaço de efervescência intelectual da América Portuguesa. Aproveitando o ensejo dos movimentos intelectuais de caráter científico e literário pretendemos, com a presente comunicação, apresentar um quadro geral da inserção de agentes do Santo Ofício da Bahia nos setecentos, destacadamente os Comissários e Qualificadores que tiveram uma formação acadêmica, produção intelectual e participação nas academias literárias baianas setecentistas - *Academia Brasílica dos Esquecidos e Academia Brasílica dos Renascidos*. Analisaremos, também, aproximadamente, vinte impressos publicados em oficinas de Lisboa (Régia Oficina Tipográfica, Miguel Menescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, Oficina de Francisco Luiz Ameno, Oficina de Manuel Lopes Ferreira etc.) entre 1700 e 1790. No conjunto das publicações encontramos majoritariamente sermões, além de homilias, orações fúnebres, orações em ação de graça e sonetos.

**Palavras-chave:** Bahia colonial; Santo Ofício português; Agentes inquisitoriais; Círculos intelectuais; Academias literárias.

## **DEVOÇÃO E RELIGIÃO NO SERTÃO DA RESSACA: POTENCIALIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.**

**Osmundo Macário de Santana Neto**

Mestrando Profhistória/Uesb

O presente trabalho tem como objetivo analisar as narrativas históricas e a memória a respeito da ocupação do Sertão da Ressaca e o estabelecimento da Religião Católica junto à devoção a Nossa Senhora da Vitória ou Vitórias, no processo de colonização e Império nos sertões da Bahia em fins do século XVIII. A história da conquista e das dinâmicas surgidas na América portuguesa deixaram inúmeras marcas no cotidiano e nas escritas daí recorrentes. Tal estudo – que tomou como fontes as documentações presentes em Museus, Igrejas, Arquivos, Fóruns, coleções de particulares e as diversas obras da literatura sobre a temática, dos clássicos aos trabalhos mais recentes– visa as possibilidades de abordagem da história local e sua potencialidade para o ensino de história nas escolas da educação básica.

Palavras-chave: Vitória da Conquista; devoção, colonização

Sessão 1 - 18 de novembro de 2022, sexta-feira  
Local/horário: Auditório I Luizão, 14 às 17 horas

## **CONTRIBUIÇÕES LUSITANAS NAS CANTIGAS DE RODA INFANTIS E SUA ABORDAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA**

**Vinicius Ferreira Gomes**

Mestre em Ensino de História. Profhistória – Uesb

O presente trabalho é um pequeno recorte da dissertação de mestrado intitulada “Cantigas de roda e memória coletiva nas aulas de História no ensino fundamental II: Escola Municipal Iêda Alves de Oliveira” e tem como objetivo investigar as contribuições portuguesas neste saber popular. Do ponto de vista teórico, ancoramo-nos em teóricos da cultura popular brasileira, como Câmara Cascudo, que identificam a ciranda como uma dança infantil, de roda, vulgaríssima no Brasil e vinda de Portugal, onde é bailado de adultos. O levantamento das fontes foi realizado por meio da leitura e pesquisa de autores portugueses, como Pedro Fernandes Tomás e José Leite de Vasconcellos, que abordam em suas produções as tradições das cantigas de roda oriundas de Portugal presentes na cultura popular brasileira. As cantigas de roda são expressões da cultura popular e estão presentes nos diversos meios sociais e culturais e demarcam vivências, convivências e memórias da infância, e mesmo que sejam silenciadas no cotidiano à medida que o ser humano cresce e se desenvolve, as cantigas populares não podem ser apagadas, pois elas residem e resistem na memória coletiva. É de suma importância manter resguardadas as tradições que fizeram e fazem parte das gerações passadas, e graças à transmissão oral, mantêm-se vivas. As cantigas de roda em sala de aula podem ser aplicadas como um objeto de estudo em que professor e alunos investigam como as diferentes sociedades brincavam e cantavam, aguçando o olhar e curiosidade dos discentes. Ou as cantigas podem ser fontes, que serão interpretadas, analisadas, problematizadas a partir das cantigas de infância. O trabalho com cantigas de roda tende a ser muito vasto à medida que o professor descobre como estas refletem a pluralidade do nosso povo, que canta e conta a mesma cantiga de tantas formas.

**Palavras-chave:** Cantigas de roda. Portugal. Ensino de História

## OS KAMAKÃ-MONGOYÓ DO PLANALTO DA CONQUISTA: PELAS VIAGENS AO BRASIL DO SÉCULO XIX

**Adil Sousa Oliveira**

Mestre em Ensino de História, Profhistória – UESB

Este trabalho trata-se de um resumo do guia histórico e didático intitulado “*Na Trilha dos Kamakã-Mongoyó do Planalto da Conquista: pelas viagens ao Brasil do século XIX*”, que é a parte final da Dissertação *A presença dos Kamakã-mongoyó do Planalto da Conquista: uma abordagem decolonial para o Ensino de História e Cultura Indígena*, produto do trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional de História (ProfHistória 2020-2022). Tomando como foco os registros históricos acerca das presenças indígenas, desde o processo de ocupação deste território conhecido como Sertão da Ressaca ao final do século XVIII e início do XIX, liderado por João Gonçalves da Costa, o fundador da atual cidade de Vitória da Conquista. Ao discutir essas presenças, em especial dos Kamakã-Mongoyó, promove-se um debate bibliográfico a partir das fontes da historiografia regional, bem como dos relatos e imagens da *Viagem ao Brasil* do Príncipe Maximiliano Wied Newied (1815-1817), disponíveis nos acervos do Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira e Museu Regional de Vitória da Conquista, vinculados à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bem como os registros dos demais viajantes naturalistas Von Martius e Spix (1818) e de Jean Baptiste Debret (1816-1834).

**Palavras-Chave:** Ensino de História, História Indígena, Decolonialidade.

## TRABALHADORES ESCRAVIZADOS E DOENÇAS NA IMPRENSA BAIANA OITOCENTISTA (1860-1887)

**Larissa Bispo dos Santos**

Graduada em História - UESB

Mestranda em História - UESC

Os primeiros estudos sobre as doenças entre os escravizados no Brasil apontavam que as doenças estariam diretamente relacionadas aos africanos e ao tráfico negreiro. Apesar de tais abordagens trazerem uma visão deturpada acerca do objeto, foram trabalhos que influenciaram, por um longo período, as concepções sobre as causas das doenças no Brasil. Porém, os estudos referentes à escravidão e a pesquisa documental relacionada às condições de vida dos escravizados desmontam tais constatações. A história das doenças entre os escravizados no Brasil e de suas condições de saúde deixa de ser objeto apenas do campo da medicina e passa a compor o campo da História Social, no sentido de ampliar a visão sobre as condições sociais, culturais, econômicas e políticas

dos trabalhadores escravizados. Ainda que a busca por respostas sobre quais eram as condições de saúde, bem como a identificação das doenças que afetavam os escravizados tenha começado tardiamente, nas últimas duas décadas, a partir do cruzamento do *corpus* documental, foram escritos trabalhos esclarecedores sobre as condições de vida da população escravizada, com o intuito de esclarecer questões ainda não respondidas acerca do cotidiano, condições climáticas, doenças, saúde, alimentação, vestimentas, entre outros fatores que interferem diretamente na qualidade de vida dos cativos. Nesse sentido, o presente estudo, oriundo da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tem como objetivo analisar e discutir as representações, na imprensa baiana, da força de trabalho constituída por negros escravizados e as doenças que os atingiam, na segunda metade do século XIX. Anotações e transcrições de periódicos da grande imprensa baiana, que se encontram sob a custódia do LHIST/UESB, foram utilizadas, o recorte espacial e temporal priorizado nesta pesquisa foi delimitado de acordo com as informações colhidas nos anúncios de fuga e são majoritariamente referentes aos escravizados que viveram no Recôncavo baiano e em Salvador entre 1860 a 1887. Os trabalhadores escravizados, presentes em quase todos os ofícios, estavam expostos e suscetíveis a todas as doenças. As matérias veiculadas pela imprensa baiana oitocentista, nas entrelinhas do dito e do não dito, lançam luzes sobre questões relativas às condições de trabalho e simultaneamente questões importantes sobre as condições de saúde dos escravizados.

**Palavras-chave:** Doenças, Escravizados, Século XIX.

## **O MOBREAL E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS SOB O REGIME MILITAR NO BRASIL: CONCEPÇÃO, IMPLANTAÇÃO E RESISTÊNCIAS**

**Karla Emilly Ramos Santos**

Graduanda em História - Uesb

Este projeto tem como objetivo analisar a concepção e implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) como projeto de alfabetização de adultos. Para isso, tem como referência a análise de textos relativos ao tema publicados em veículos de Imprensa Alternativa, sendo estes os jornais "Opinião" (1973-1977), "Movimento" (1975-1981) e "Em tempo" (1977- 1980), presentes no acervo hemerotecário do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST-Uesb). O Mobral foi instituído em plena ditadura militar, no governo do Presidente Arthur da Costa e Silva pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, mas só foi implementado em 1970, no governo de Emílio Garrastazu Médici. Criado como

contraponto aos movimentos de alfabetização de adultos que possuíam uma perspectiva humanista, como a proposta pelo educador Paulo Freire, o programa fazia parte da tentativa de direcionar a educação brasileira aos moldes do sistema capitalista. Com a proposta de erradicar o analfabetismo em dez anos, tinha como público a população urbana entre 15 e 35 anos, caracterizada pela faixa etária que atenderia a demanda por mão-de-obra no chamado "milagre econômico". Dessa forma, a alfabetização de adultos fazia parte de uma série de reformas educacionais engajadas à lógica do crescimento econômico, sendo vista como guia para o mercado de trabalho e sociedade de consumo. O que pode ser visto ao se analisar a sua enorme carga propagandística, usada para divulgação e exaltação dos chamados "feitos" do programa. Nesse momento, a imprensa alternativa se fez essencial, ao se portar como um veículo de contestação à esse discurso oficial, ao publicar depoimentos, críticas e denúncias das fraudes do projeto, além de revelar o aumento do número de analfabetos no Brasil. Era ainda, veículo de reprodução de proposições alternativas de alfabetização, com a presença de diversas entrevistas com Paulo Freire e editoriais sobre uma educação voltada à democratização. Pode-se perceber, desta forma, como o Mobral estava aliado à construção e consolidação de um regime, como meio de criação de cidadãos condizentes à nova ordem política. Entretanto, ainda assim, encontrava, como na Imprensa Alternativa, formas de resistência, denúncia e contestação.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar, Educação de jovens e adultos, Imprensa Alternativa.

## **RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL – PORTUGAL (1969-1974)**

**Belarmino de Jesus Souza**

Professor do Departamento de História - Uesb

Este trabalho busca analisar a atuação do diplomata português José Manuel Fragoso na embaixada portuguesa no Brasil, em um período em que sob a liderança de Marcello Caetano o regime autoritário declinava em Portugal, mas que a Ditadura empresarial-militar do Brasil marcava o seu momento de mais aguda e brutal repressão. Na década de 60 estava consolidado em Portugal um corpo diplomático inteiramente formado sob o Estado Novo, mesmo não abrindo mão da prerrogativa da nomeação política, Salazar já estava mais à vontade para nomear embaixadores de carreira para postos mais sensíveis, inclusive para a pasta ministerial e assim o fez com Marcelo Martins (1958-1961) e Alberto Franco Nogueira (1961-1969) – desta geração também era o Dr. José Manuel Fragoso. Entre 1961 e 1974, a política ultramarina e a construção europeia foram as questões em torno das quais se cristalizaram sempre de forma discreta, as principais divergências no Ministério. A ligação entre a sobrevivência do Regime



e do Império, enfim, a estratégia ultramarina de Salazar assumiu a força do dogma. Uma minoria vislumbrava na aproximação de Portugal do movimento de integração europeia uma possível alavanca para abertura do regime. Opondo-se a tal perspectiva estavam os “africanistas” firmes no dogma do binômio Regime/Império, Franco Nogueira era líder e principal ideólogo do grupo, que até o final do Regime foi amplamente majoritário no Ministério, ocupando postos-chaves no Ministério dos Negócios Estrangeiros, postos no exterior e na estrutura política, como é o caso do embaixador José Manuel Fragoso, uma das figuras de maior destaque nas comemorações dos quarenta anos da “Revolução Nacional” em 1966.

**Palavras-chave:** Regime autoritário, diplomacia, relação Portugal Brasil.